



**CONSELHO GERAL**  
**Ata Número Dezassete**

-----Aos dezassete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e doze reuniu sob a presidência do Sr. Dr. Francisco Costa, pelas catorze horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da Reitoria da Universidade da Madeira, o Conselho Geral da Universidade da Madeira, conforme convocatória efetuada a três de fevereiro de dois mil e doze. -----

----- Estiveram presentes os membros deste órgão que constam na folha de presenças em anexo, a qual, devidamente rubricada, faz parte integrante desta ata. -----

----- O Professor Doutor José Manuel Nunes Castanheira da Costa participou nesta reunião, sem direito a voto, na qualidade de Reitor da Universidade da Madeira. Esteve também presente o Sr. Professor Doutor Bernardo Vasconcelos para apoiar o Sr. Conselheiro Robin Farquhar na tradução simultânea dos assuntos tratados durante a reunião. -----

----- Nesta reunião registou-se a ausência, previamente justificada, da Sra. Conselheira Fátima Gonçalves e dos senhores conselheiros Eduardo Jesus e Francisco Capelo. -----

----- **Ponto um** da ordem de trabalhos, **Ratificação da Ata Número Dezasseis do Conselho Geral**. O Sr. Presidente do Conselho Geral informou os senhores conselheiros de que havia recebido e acolhido uma alteração solicitada pelo Sr. Conselheiro José Carmo quanto à inclusão de um aditamento à redação da sua intervenção constante do ponto quatro da ordem de trabalhos, nos seguintes moldes:-----

----- Ponto quatro, página cinco: -----

----- *“Afirmou ainda que, de acordo com os dados disponibilizados pela Reitoria, a previsão das despesas com os salários dos docentes em dois mil e doze está empolada em pelo menos quinhentos mil euros, pois, de acordo com a previsão apresentada, se a Universidade pagasse os subsídios de férias e de Natal em dois mil e doze, gastaria em dois mil e doze mais quinhentos e catorze mil, seiscientos e sessenta e quatro euros do que em dois mil e onze (em salários docentes), o que não é crível.” -----*

----- De seguida, o Sr.Presidente do Conselho Geral questionou os senhores conselheiros sobre a existência de alguma outra proposta de alteração a fazer à ata. -----

----- Nada havendo a registar, a ata número dezasseis do Conselho Geral foi ratificada por maioria com zero votos contra, duas abstenções e quinze votos a favor. -----

----- **Ponto dois da ordem de trabalhos, Informações.** -----


----- Neste ponto, o Sr.Presidente do Conselho Geral convidou o Sr.Reitor a prestar ao Conselho as informações que considerasse necessárias, como abaixo se expõe: -----

----- O Sr.Reitor informou o Conselho sobre a necessidade que os serviços da Universidade tiveram de fazer parar todos os processos de requisição de bens e serviços, em função do regulamentado pela nova lei de execução orçamental recentemente publicada, tendo explicado, por exemplo, o procedimento relativamente a contratações que transitam de ano civil e tendo evidenciado ao Conselho que as diversas unidades da Universidade seriam informadas acerca dos novos procedimentos. -----

----- Informou ainda o Conselho sobre a visita das comissões de avaliação da Agência de Acreditação A3Es que elaboraram já três relatórios os quais, embora de caráter provisório, apresentam já pareceres sobre a acreditação dos cursos avaliados, sendo um de não acreditação e dois de acreditação condicionada por doze meses e três anos respetivamente. Destacou ainda as preocupações de cada comissão que, embora sendo de composições diferentes, destacam a *accountability* no respeito pelo regulamentado, a documentação e o conhecimento público. Salientou ainda, após troca de impressões com o plenário, que a não acreditação de um dos cursos pode estar associada à dimensão da Universidade naquela área científica, podendo em alternativa, associar-se, a outras Universidades. Este assunto ficou para ser discutido em “outros assuntos” da ordem de trabalhos. -----

----- Informou igualmente o Conselho sobre a necessidade que as Universidades têm sentido na adoção de processos para evitar o plágio de informação na redação de trabalhos científicos. Referiu que a Universidade do Porto se encontrava a dar os primeiros passos nesse sentido, e congratulou-se por a Universidade da Madeira ter já tomado iniciativas nesta matéria em 2009, com importantes contributos já registados. ---

----- O Sr.Reitor informou ainda o Conselho acerca de uma reunião que teve com o Secretário de Estado do Ensino Superior por razões de caráter orçamental, referindo que, com base em informação que o Ministério da Tutela divulgou, a UMa se posiciona com noventa e oito e meio por cento de taxa de decisão sobre a atribuição de bolsas de



estudo. Por último, salientou ainda o facto, desta Universidade ter em preparação um Mestrado em consórcio com as suas congéneres dos arquipélagos dos Açores, das Canárias e de Cabo Verde. -----

----- Tendo o Sr.Reitor terminado as informações que considerou dever prestar ao Conselho, o Sr.Presidente do Conselho Geral convidou os membros daquele órgão a transmitir também, as informações que entendessem por necessárias. -----

----- Nada mais havendo a informar, o Sr. Presidente deu continuidade aos trabalhos. -

----- **Ponto três** da ordem de trabalhos, **Alteração ao Regulamento do Observatório de Emprego**. Neste ponto o Sr.Reitor foi convidado a apresentar as alterações a introduzir no documento, tendo sustentado a conveniência de que algumas instituições da Região estivessem representadas, nomeadamente o Gabinete de Apoio ao Ensino Superior e a Direção Regional de Formação Profissional. Esta proposta foi secundada pelo Sr.Conselheiro Sílvio Fernandes que, tendo participado de uma reunião daquele Observatório, enalteceu o facto de que quanto maior a representatividade mais informação, beneficiando os resultados do conjunto. Após discussão, a proposta inicialmente apresentada de alteração ao ponto g., artigo sexto, para passar a consagrar uma representação de sete individualidades externas, foi, por consenso, objeto de emenda, tendo ficado assente que tal representação deveria caber a até dez individualidades, termos em que foi votada e aprovada por unanimidade - **deliberação número oitenta/Conselho Geral/Universidade da Madeira** -----

----- **Ponto quatro** da ordem de trabalhos, **Vagas e propinas para os Segundos Ciclos de Estudo**. Aberto o debate, o Sr.Presidente do Conselho Geral convidou o Sr.Reitor a apresentar a proposta de propinas em causa, tal como já objeto de consulta em reunião do Senado. Tal proposta suscitou diversas dúvidas e alertas sobre o descontentamento no aumento dos montantes a cobrar em propinas dos Cursos de Especialização Tecnológica, Primeiros, Segundos e Terceiros Ciclos de Estudo para o ano letivo de dois mil e doze e treze, e tem a seguinte formulação:

- ***“Cursos de Especialização Tecnológica: 630€50;***
- ***1.ºs Ciclos de Estudos: 1,035€00;***
- ***2.ºs Ciclos de Estudos:***
  - 1. Mínimo – 1,035€00;***
  - 2. Máximo – 5,000€00;***

- f  
e.
3. *Salvo determinação legal em contrário, o valor da propina, a propor pelos responsáveis dos ciclos, poderá variar entre 1,035€00 e 5,000€00.*

○ **3.ºs Ciclos de Estudos:**

1. *Mínimo – 2,750€00;*
2. *Máximo – 5,000€00.*

○ **Outros ciclos de estudo e programas de formação não conferentes de grau académico, com duração igual ou superior a 60 ECTS:**

1. *Mínimo – 1,035€00;*
2. *Máximo – 5,000€00;*
3. *Salvo determinação legal em contrário, o valor da propina, a propor pelos responsáveis dos ciclos de estudo e programas de formação, poderá variar entre 1,035€00 e 5,000€00.*

*O número máximo de prestações para o pagamento do montante anual das propinas é de 10.”*-----

----- O documento foi votado e aprovado por unanimidade - **deliberação número oitenta e um/Conselho Geral/Universidade da Madeira**-----

----- Sob proposta do Sr.Presidente do Conselho Geral e com a respetiva aceitação deste órgão, foi alterada a ordem de trabalhos tendo o ponto oito passado a ponto cinco, registando-se de seguida os necessários ajustes de forma a manter a ordem de debate dos restantes pontos. -----

----- **Ponto cinco** da ordem de trabalhos, **Plano Estratégico – primeiro nível**. Tendo o Sr.Presidente solicitado ao Sr.Reitor a explanação do documento em discussão, foi pelo Sr.Reitor solicitada a presença do Sr.Vice-Reitor Prof.Doutor Miguel Xavier e da Sra.Administradora Dra.Carla Cró, a fim de apresentarem o referido documento e se disponibilizarem para qualquer explicação adicional necessária. -----

----- Feita a apresentação do Plano Estratégico pelo Sr.Vice-Reitor Prof.Doutor Miguel Xavier, seguiu-se um período de debate de onde se destacam as seguintes intervenções:-----

----- O Sr. Conselheiro Helder Lopes sublinhou a dúvida que tinha relativamente ao facto de este documento estar na continuidade do anterior ou se assumir como uma rotura. Realçou ainda a necessidade de uma discussão alargada, pois numa instituição como a Universidade, os seus quadros são uma importante massa crítica que deve ser rentabilizada, nomeadamente na definição de objetivos de primeiro nível. A título de



exemplo de algumas das disfuncionalidades encontradas no documento, salientou o facto de, na análise SWOT, as ameaças apontadas não estarem depois igualmente refletidas como necessidade de melhoria, como é o caso do “peso da burocracia”. Por fim, formulou uma crítica às opções tomadas relativamente aos vetores estratégicos escolhidos, pois da forma como estão formulados, a inovação, o empreendedorismo e a prestação de serviços não são assumidos como essenciais. -----

----- Também neste sentido interveio o Sr.Conselheiro Mário Cunha referindo que, sendo este um documento de rutura, deveria fazer transparecer essa posição, nomeadamente na escolha dos vetores estratégicos. Em sua opinião este novo plano deveria favorecer uma verdadeira mudança de paradigma com uma aposta séria na prestação de serviços e na internacionalização. -----

----- As questões da internacionalização e do estímulo à prestação de serviços foram igualmente secundadas pelos senhores conselheiros António Brehm e Helena Jardim. ---

----- O Sr.Conselheiro Robin Farquhar considerou que este documento apresenta uma boa metodologia, mas com fragilidades na sua aplicação, manifestando compreensão pela necessidade de, tanto quanto possível, se adotar na Universidade o sistema institucional idealizado e comum nas grandes empresas, com um forte trabalho de conjunto. Sugere que se criem indicadores que permitam saber, por exemplo, o número de graduados da UMa que integram a AAAUMa, o número de alunos madeirenses que são alunos da UMa, o número de alunos continentais e açorianos que são alunos da UMa. Salientou a importância de se estudar formas para atrair novos públicos e interrogou-se sobre a expressão “agenda competitiva” por ser um termo muito abrangente, adiantando que, para se considerar a competitividade e se poder medir a sua eficácia, devem ser criados os indicadores certos. -----

----- O Sr.Conselheiro Sílvio Fernandes acrescentou que hoje já não há os “*numerus clausus*” com fator de competitividade atraindo estudantes do continente e dos Açores, fator este relevante apenas para o curso de Medicina, que não é da UMa, sendo sua opinião que a competitividade deve conseguir-se através de investimento no corpo docente. -----

----- A Sra.Conselheira Jesus Maria Sousa considerou na sua exposição que o documento não se encontrava finalizado, pelo que não poderia ter sido apresentado como Plano Estratégico. Acrescentou que o documento faz tábua rasa do estipulado no Plano Estratégico aprovado em dois mil e dez e não explica suficientemente a razão das alterações introduzidas que, sendo necessárias, deveriam ter consequente implicação na

missão e na visão da instituição. Considerou ainda que os quadros apresentados não se encontravam corretos e que deveriam ser corrigidos, pelo que, pelas razões acima apontadas, o documento não se encontrava em condições de ser aprovado.-----

----- Outros senhores conselheiros também manifestaram preocupação com a redação do documento e a terminologia aplicada, sobretudo, como referiram, por se tratar de uma universidade, logo, uma instituição sem fins lucrativos. Este facto foi devidamente justificado pela forma adotada e pelo teor técnico do documento. Houve ainda quem questionasse a conveniência de revisão do Plano Estratégico em rutura com os termos da sua anterior aprovação, sem se ter em linha de conta a aproximação do término do mandato do Conselho Geral. -----

----- Por seu lado, o Sr.Reitor mostrou-se recetivo e compreensivo relativamente às questões apontadas.-----

----- O documento foi votado e aprovado por maioria com um voto contra, seis abstenções e nove votos a favor - **deliberação número oitenta e dois/Conselho Geral/Universidade da Madeira** -----

----- **Ponto seis** da ordem de trabalhos, **Plano de Atividades para dois mil e doze.** Neste ponto, o Sr.Presidente do Conselho Geral convidou o Sr.Reitor a apresentar o documento, tendo o Sr.Reitor solicitado ao Sr.Vice-Reitor Prof.Doutor Miguel Xavier, ainda presente, que o fizesse. Terminada a apresentação, em que foi realçada a estreita ligação deste documento com o Plano Estratégico, o QUAR e o orçamento, foram os senhores conselheiros convidados a pronunciar-se. Neste sentido, o Sr.Conselheiro Robin Farquhar fez uma reflexão sobre as questões da competitividade e o último parágrafo do parecer da Comissão do Conselho Geral para o Planeamento Estratégico. Considerou que deve haver um investimento da Universidade no diálogo entre a instituição e a comunidade, com iniciativas como, por exemplo, o que no Canada denominam de “*experts on call*”, diálogo esse que pode ser fomentado pela UMa através do seu Gabinete de Imagem e Relações Públicas (nomear peritos da Universidade que possam ser contactados pelos media para se pronunciarem sobre assuntos da sua especialidade e de interesse social). Por outro lado, recomendou que houvesse um investimento da Universidade na divulgação, através dos meios de comunicação social, dos seus eventos, das suas práticas e das suas conquistas. Considerou que estas e outras medidas podem ajudar a melhorar a competitividade, devendo mesmo constituir um objetivo estratégico.-----

P  
Q.

----- Aparte algumas falhas apontadas aos números e às listas patentes no conteúdo, nomeadamente no que respeita a cursos e a docentes, a principal preocupação manifestada pelos senhores conselheiros foi a de promoção de atividades que divulguem a Universidade.-----

----- Terminada a discussão, o Sr.Reitor aceitou a proposta apresentada pelo Sr.Conselheiro Robin Farquhar e mostrou-se mais uma vez recetivo relativamente às falhas apontadas ao conteúdo do documento, comprometendo-se a rever os respetivos quadros. -----

----- O documento foi votado e aprovado por maioria com zero votos contra, duas abstenções e quinze votos a favor - **deliberação número oitenta e três/Conselho Geral/Universidade da Madeira** -----

----- **Ponto sete** da ordem de trabalhos, **Distribuição Interna do Orçamento para dois mil e doze**. Neste ponto e a pedido do Sr.Reitor ao Sr.Presidente do Conselho Geral, coube à Sr.Administradora, Dra.Carla Cró, a apresentação do documento. Terminada a apresentação, o Sr.Presidente do Conselho Geral colocou o documento à discussão e, embora este não necessitasse de aprovação pelo Conselho, quiseram os senhores conselheiros levantar algumas questões sobre o critério de distribuição de verbas e o seu enquadramento em cada Centro de Competência e outras unidades da Universidade ou apoiadas pela Universidade. Prestados os esclarecimentos necessários pela Sra.Administradora Dra.Carla Cró e pelo Sr.Vice-Reitor Prof.Doutor Miguel Xavier, salvaguardada a situação de que aos Centros de Competência que não haviam enviado orçamento lhes havia sido atribuído vinte por cento do orçamento do ano transato, o Sr. Reitor concluiu que nesta fase aquele era o “cenário” possível, comprometendo-se a olhar com cuidado para algumas das questões levantadas, nomeadamente a da distribuição das propinas dos terceiros ciclos. -----

----- **Ponto oito** da ordem de trabalhos, **Quadro de Avaliação e Responsabilização da Universidade para dois mil e doze**. Neste ponto o Sr.Presidente do Conselho Geral solicitou ao Sr.Reitor a explicação deste documento, tendo o Sr.Reitor adiantado apenas que o QUAR integrava as exigências da lei sessenta e seis de dois mil e sete, referente à avaliação de desempenho dos funcionários não docentes e que, no cumprimento do regulamentado, tinha que ser enviado ao Ministério da Tutela até ao final do mês de fevereiro. -----

----- O documento foi submetido a votação e aprovado por unanimidade - **deliberação número oitenta e quatro/Conselho Geral/Universidade da Madeira** -----



----- Nesta altura ausentaram-se o Sr.Vice-Reitor Prof.Doutor Miguel Xavier e a Sra.Administradora Dra.Carla Cró, tendo-lhes sido agradecido pelo Sr.Reitor todo o trabalho desenvolvido, agradecimento este reiterado pelo Sr.Presidente do Conselho Geral. -----

----- **Ponto nove** da ordem de trabalhos, **Outros assuntos**. Neste ponto o Sr.Presidente do Conselho Geral convidou o Sr.Reitor a apresentar outros assuntos que entendesse por bem colocar ao Conselho.-----

----- **Ponto nove ponto um** da ordem de trabalhos, **Follow up Report da EUA**. Foi então distribuído em suporte de papel o Relatório de Auto-Avaliação a apresentar à E.U.A. (*European University Association*) a quando da sua próxima visita à Universidade da Madeira em Abril de dois mil e doze. O Sr.Reitor informou o Conselho que o documento iria ser disponibilizado à Academia para consulta. Informou ainda o Conselho que os elementos externos deste órgão se haviam já disponibilizado para reunirem com a referida associação. -----

----- **Ponto nove ponto dois** da ordem de trabalhos, **Relatórios das Comissões de Avaliação Externa – A3Es**. Embora já sucintamente abordados no ponto das informações, o Sr.Reitor colocou-se à disposição para a necessária troca de impressões sobre os Relatórios apresentados por três Comissões da Agência de Acreditação A3Es, salvaguardando que estes, embora de caráter provisório, denotavam já preocupações com algumas das propostas defendidas pela Universidade, tendo mesmo sido reprovado a abertura de um Terceiro Ciclo em Letras. -----

----- Neste ponto, os senhores conselheiros sustentaram a necessidade de adoção de uma voz uníssona na defesa dos interesses da UMa, na medida em que os relatórios apresentados faziam transparecer diferentes posições de diversas comissões de uma única agência. Consideraram, no entanto, a importância de algumas recomendações da avaliação, em particular a necessidade de eventuais ajustes nos critérios, como por exemplo, para verificação de aptidão para orientar teses de Segundo e Terceiro Ciclos.--

----- **Ponto nove ponto três** da ordem de trabalhos, **Relatório do Centro de Desenvolvimento Académico**. Neste ponto foi apenas disponibilizado o documento em suporte de papel e, pelo Sr.Reitor, foi enfatizado o facto de ter já proporcionado duzentas e vinte horas de formação a trezentas e trinta e uma pessoas. -----

----- Por último, foi mencionado o Relatório de Atividades da Ação Social, já disponibilizado por correio eletrónico, distinguindo o excelente trabalho e performance



daqueles serviços que se candidatam já ao segundo nível da Associação Europeia de Qualidade. -----

----- Nada havendo a acrescentar, o Sr. Presidente do Conselho Geral, agradeceu a disponibilidade de todos para esta reunião e perguntou aos senhores conselheiros se era por eles dado à mesa um voto de confiança para elaboração da ata, produzindo esta efeitos imediatos e devendo ser ratificada na próxima reunião do Conselho Geral, voto este que mereceu a concordância unânime dos presentes. -----

----- E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, dela tendo sido lavrada a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente e por mim que secretariei.---



Referências: